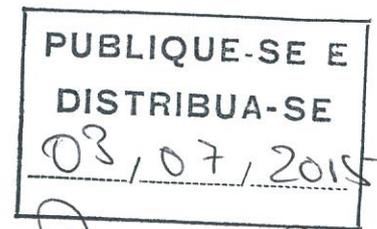




PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar



**Voto de Solidariedade ao Povo Grego**

Nº 296/XII

Cinco anos de intervenção da União Europeia e do FMI na Grécia, com os chamados «memorandos», levaram este país ao desastre económico e social. Brutal queda do Produto Interno Bruto; aumento incessante da dívida pública; queda significativa do consumo; grande aumento do desemprego; brutais cortes nos salários, reformas e pensões; empobrecimento e não acesso aos medicamentos e aos cuidados médicos por parte de vastas camadas da população; emigração forçada - eis a dramática situação económica e social após a aplicação dos chamados «memorandos» da UE e do FMI.

No entanto, através da intensificação da exploração e da manipulação da dívida pública foram sendo entregues milhares de milhões aos grandes grupos económicos e financeiros.

Nas eleições realizadas a 25 de Janeiro o povo grego afirmou a vontade de uma mudança de política - aspiração que foi desde logo afrontada pela União Europeia e pelo FMI.

Desde o dia 25 de janeiro que assistimos a uma intensificação do inaceitável processo de ingerência e chantagem da União Europeia e do FMI contra o povo grego e as suas opções soberanas. Neste processo procuram impor o prosseguimento da política de exploração, de empobrecimento e de dependência, ao serviço dos grandes grupos económicos e financeiros e das grandes potências da UE.

Este processo demonstra que a União Europeia e FMI nunca estiveram interessados em solucionar os graves problemas da Grécia, mas sim em determinar uma maior e mais brutal exploração dos trabalhadores e do povo gregos e uma nova extorsão dos seus



## PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS Grupo Parlamentar

impostos pela União Europeia e pela União Económica e Monetária constituem inaceitáveis constrangimentos ao desenvolvimento de políticas em favor dos legítimos interesses e aspirações dos povos, respeitadoras da sua vontade e soberania.

Um processo que, comprovando a natureza e objetivos da política da União Europeia – de intensificação da exploração e redução de direitos laborais e sociais –, demonstra que não é possível concretizar uma política que corresponda efetivamente aos interesses e aspirações de um povo sem enfrentar esses mesmos objetivos e afirmar o seu direito ao desenvolvimento e a soberania e independência nacionais.

O Governo português tem assumido neste processo uma inaceitável postura de alinhamento com as posições assumidas pela UE e FMI, afirmando-se como um dos mais devotos protagonistas na imposição ao povo grego da continuação das políticas de retrocesso social e de empobrecimento.

Uma inaceitável postura que, procurando salvaguardar a continuação da política de direita e justificar e branquear as brutais consequências económicas e sociais do pacto de agressão – assinado pelo PS, PSD e CDS com a União Europeia e o FMI – contra o povo e o país, é tão mais condenável quanto contrária ao interesse nacional.

A situação na Grécia demonstra que é o caminho da resistência, e não o da submissão e subordinação, que defende os interesses do povo e do País.

Neste sentido, a Assembleia da República reunida em sessão plenária no dia 3 de julho, delibera:

1. Expressar a sua solidariedade ao povo grego e afirmar o seu direito a optar soberanamente pelo caminho que defenda os seus interesses e concretize as suas legítimas aspirações a uma vida melhor, à sua dignidade e soberania - decidindo, sem



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

- quaisquer ingerências, o seu presente e futuro.
2. Condenar o processo de ingerência e chantagem da União Europeia e do FMI contra o povo grego;
  3. Condenar a postura de alinhamento do Governo português com este processo que considera ser contrária à defesa dos interesses do povo português e do País;
  4. Reclamar do Governo uma postura consoante os princípios e valores da Constituição da República, de respeito pela independência nacional, a igualdade entre os Estados, a não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e a cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso, reconhecendo o seu direito à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento.

Assembleia da República, 2 de julho de 2015

Os Deputados,

Jerónimo de Sousa  
João Luís  
Carla Pereira  
António Filipe  
Paulo Freitas  
Paula Sá  
Diana Ferreira  
David Costa  
Rita Rato  
João Ramalho  
Francisco Luís  
Miguel Ângelo  
José Luís